

# Entrevista



**Magali da Silva Almeida\***

 <https://orcid.org/0001-7382-8480>  
 <http://lattes.cnpq.br/8133793716452449>

## Comitê editorial

Ana Lole  
Camila Potyara Pereira  
Loiva Mara de Oliveira Machado  
Maria Aparecida Milanez Cavalcante

**N**essa edição n. 49 da *Temporalis*, que trata da “**Formação Antirracista em Serviço Social**”, o Comitê Editorial entrevistou a assistente social e professora doutora Magali da Silva Almeida, mulher negra e de axé, intelectual, antirracista e feminista. Profa. Magali, uma das organizadoras do livro “Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos”, publicado pela Editora Papel Social em 2021, é reconhecida por sua militância social e produção acadêmica voltada à questão étnico-racial e a luta antirracista. Sua trajetória representa a luta de gerações de mulheres negras intelectuais e militantes, que no cotidiano da formação e do trabalho ousaram e ousam contrapor às violências e silenciamentos que o racismo produz.

No encontro com a ancestralidade, o seu legado inspira a construção do antirracismo, essencial a defesa do projeto ético-político profissional emancipador. Em nossa entrevista, enviada por e-mail e realizada por escrito, Profa. Magali generosamente compartilha sobre as incidências do racismo na formação socio-histórica, política e econômica da realidade brasileira; sobre as lutas da classe trabalhadora e o protagonismo do povo negro nos

\*Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil). Docente de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador, Brasil). [quilombola\\_rio56@yahoo.com.br](mailto:quilombola_rio56@yahoo.com.br)

**DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p303-310**

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

diferentes movimentos, coletivos e formas organizativas de resistência; bem como sobre a caminhada construída pelo Serviço Social brasileiro na direção de uma formação e trabalho profissional antirracista.

**Temporalis:** Temos a honra de dialogar com a senhora nesta 49<sup>a</sup> edição da Revista Temporalis, dedicada à temática racial. Reconhecemos sua trajetória como referência histórica no campo do Serviço Social e em áreas correlatas, especialmente na produção de conhecimentos voltados à questão racial e às relações étnico-raciais. Gostaríamos de saber, em sua opinião, de que forma a questão racial estrutura a formação socio-histórica, política e econômica da realidade brasileira, e qual é sua correlação com a questão social?

**Magali da Silva Almeida:** Agradeço imensamente o convite para participar desta conversa tão necessária. Parabenizo a Revista Temporalis pela iniciativa. Minha compreensão sobre a questão racial, em parte, deve-se a minha condição de mulher racializada, que compartilha vivências marcadas pelas violências racial e de gênero com outras mulheres negras. As lembranças dessas vivências estão registradas nos lugares mais longínquos de minha memória e existência. Vivi grande parte da vida em bairros periféricos do Rio de Janeiro. Cresci e testemunhei a perda de amigos pela violência policial, ou a morte precoce de meninas e mulheres decorrentes de intrincadas armadilhas que o patriarcado e o sistema racista cisheteronormativo nos impõem. Quando jovem não entendia muito bem as raízes dessas desigualdades e das estruturas de poder que as mantêm vivas e naturalizadas. Trata-se de um projeto de genocídio da população negra, resultado do projeto colonial agravado e alimentado pelo modo de produção capitalista brasileiro. Experimentei o racismo institucional na minha trajetória escolar desde muito cedo e quando ingressei na universidade a história se repetiu na graduação e na pós-graduação. A despeito desta violência sistêmica que produz invisibilidade, instabilidade, sentimentos de estar fora do lugar, ousei contestar essas estruturas de poder. Contradictoriamente, minha geração foi muito combativa e construiu uma contracultura de resistência promovendo afirmação da beleza negra e de uma intelectualidade que se construiu, em grande medida, em espaços não formais de escolarização. A valorização de nossas ancestralidades em diálogo com outras culturas dissidentes, foi muito importante para dar sentido à vida. É possível e necessário esperançar. Ao mesmo tempo. Essa geração de jovens negras e negros dialogou com as lutas mais gerais em defesa da democracia e da liberdade, incidindo fortemente contra o sistema opressivo e de exploração do regime político imposto pela ditadura civil militar. A realidade concreta foi descortinada na luta coletiva partidária e antirracista. Minha formação profissional ocorreu na segunda metade da década de 1970 e foi extremamente conservadora e tecnicista. Contudo, tive acesso de forma autodidata a um conjunto de livros de editoras da América Latina tais como a Ecro e Humanitas, que já publicavam textos fundamentados na tradição marxista dentro da corrente crítica do Movimento de Reconcepção. Esse conteúdo crítico, naquela conjuntura, foi uma importante mediação para que a crítica do real se estabelecesse e me alertasse sobre as contradições e antagonismos de raça e classe. A militância na Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), no Partido dos Trabalhadores (PT) e no CRESS do Rio de Janeiro na década de 1980, me aproximaram das questões do mundo do trabalho e das demandas da categoria de assistentes sociais. Nesse contexto construímos debate sobre a “questão social”. Contudo a questão racial, embora intrínseca, constitutiva da “questão social”, era lida pela esquerda branca como secundária. Recentemente, li um

depoimento de José “Pepe” Mojica [...] sob o título “Minha geração cometeu um erro ingênuo”

Minha geração cometeu um erro ingênuo. Acreditávamos que a mudança social era apenas uma questão: desafiar os modos de produção e distribuição na sociedade. Não entendíamos o imenso papel da cultura. O capitalismo é uma cultura e devemos responder e resistir a ele com uma cultura diferente. Em outras palavras: estamos em uma luta entre uma cultura de solidariedade e uma cultura de egoísmo, [...], mas quando falo de cultura, estou me referindo às relações humanas, ao conjunto de ideias que regem nossos relacionamentos sem que percebamos. É um conjunto de valores tácitos que determinam a maneira como milhões de pessoas anônimas ao redor do mundo se relacionam.

Esse aspecto foi bastante discutido por Lélia Gonzales (1984). Suas obras, infinitamente potentes, desvelaram o peso do mito da democracia racial na cultura brasileira, assim como revelou a força das culturas negro-indígena, na formação social da “América Ladina” e o lugar de criação e resistência da mulher negra. A formação social deste território colonizado pelos povos europeus estabeleceu uma nova ordem econômica mundial. O genocídio, a escravidão e o colonialismo foram as bases fundamentais que erigiram o Ocidente (Andrews, 2023) e o capitalismo. A experiência da discriminação racial e do preconceito; as barragens construídas no pós-abolição e a sistêmica negação do protagonismo afro-indígena em nosso país, não por acaso, promoveu e mantém vivas estruturas de opressão e exploração dos corpos negros e indígenas e sua desumanização. Se de um lado, esse processo histórico de dominação aprofundou as desigualdades, a pobreza, iniquidades e a subjugação do outro, contradicoriatamente produziu lutas e propostas de políticas públicas para o enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial no Brasil. A cultura da servidão, da democracia racial centradas nas relações sociais racializadas se entrelaçam ao sexismo e à cisheteronormatividade determinando a exploração do trabalho no Brasil estruturando um padrão de desenvolvimento dependente dos países capitalista centrais, além de disseminar ideias, comportamentos e relações sociais hierarquizadas difíceis de superação. Quando disse que a minha compreensão sobre a questão racial, em parte deriva da minha experiência singular, é porque dessa experiência, outra dinâmica coletiva se construiu (e se constrói) na luta de classes que afetou uma geração de assistentes sociais. Por isso, no final dos anos de 1980 eu, Maria de Fátima Rangel, Matilde Ribeiro, Maria Inês Barbosa, Suelma de Deus, Major e outras ativistas negras, contribuímos para a fundamentação de novas bases teórico-metodológicas e epistêmicas sobre a questão racial e o Serviço Social, chamando a atenção para a relação entre racismo e a profissão. Com isso a urgência do compromisso ético político, teórico metodológico e técnico operativo, no enfrentamento do racismo na formação e trabalho profissional do assistente social. Compreender o capitalismo brasileiro e a questão social, significa, sob as bases da teoria crítica, conhecer historicamente as tensões raciais estabelecidas na luta de classes na sua gênese no Brasil, que foi o último a abolir o sistema escravista no mundo globalizado e o maior país demograficamente mais negro, depois da Nigéria. E não por acaso, o que mais mata a população negra.

**Temporalis:** Considerando a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, orientada a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que conteúdos precisam ser incorporados nos espaços formativos curriculares e de educação permanente da categoria de modo a fomentar um perfil profissional antirracista?

**Magali da Silva Almeida:** A resposta para esta questão remete, primeiramente, tratar em primeiro plano defesa aos pressupostos para a formação do assistente social, delineado nas Diretrizes Curriculares de 1996. Ressalta-se a redefinição do projeto profissional na década de 1980 quando problematizamos o significado social da profissão, “inserido na divisão social e técnica do trabalho” (ABEPSS, 1996, p. 5), com destaque para a historicidade da profissão, compreendida “no quadro das relações sociais entre as classes e destas com o Estado” (ABEPSS, 1996, p. 5). Essa perspectiva analítica possibilitou situar a profissão na totalidade histórica, mas, contraditoriamente, foi refratária ao debate raça e classe nesse período. Esse debate, a meu ver é fundamental para compreensão da constituição do trabalho assalariado, das políticas sociais e do protagonismo da população negra e indígena na edificação da sociedade brasileira. O pensamento social brasileiro estrutura-se sob as bases do eurocentrismo, reforçando ideias do Ocidente que sustentaram o domínio dos territórios africanos, americanos e asiáticos. Pouco se valorizou as formulações teórica de mulheres, de mulheres cis feministas e transfeministas e muito menos das mulheres racializadas. E ainda demorou mui o diálogo com intelectuais críticos da Modernidade e do capitalismo dependente prevalente na América Latina. O serviço social brasileiro reproduziu, de forma inconteste, o mito da democracia racial, durante muito tempo. A primeira tese que tratará do debate étnico-racial na formação em serviço social, foi a de Roseli da Fonseca Rocha (2014), defendida em 2014, há 11 anos. Isso nos leva a inferir, com base em Munanga (2016) o racismo brasileiro é um crime perfeito: “o racismo no Brasil é o crime perfeito porque é uma dupla morte. Não vemos o carrasco do racismo porque ele não se assume como tal. Então é uma morte física e, também, da consciência do negro (IEA)”. Um desafio no âmbito da formação em graduação, pós-graduação e educação permanente diz respeito à inclusão de conteúdos voltados para a formação para a educação das relações étnico-raciais (ERER)<sup>1</sup>. A ERER no Brasil tem uma base legal federal, caudatária da luta histórica do movimento negro brasileiro iniciada nos anos de 1980 e transformada em política de estado e, 2003. As Leis nº 10.639, de 2003 e nº 11.645, de 2008, bem como normas e legislações correlatas precisam ser incentivadas nas IES e nos espaços socio-ocupacionais onde o trabalho do assistente social se realiza. Portanto, há que se potencializar (na dupla dimensão: formação profissional e formação permanente) o debate sobre o racismo estrutural, branqueamento do trabalho, trabalho doméstico, do feminismo negro, racismo institucional as História da África e da Diáspora, genocídio da população negra, encarceramento em massa, guerra as drogas e violência armada de Estado e saúde da população negra, a questão indígena, dentre outros. Fenômenos sociais contemporâneos como neocolonialismo e fenômenos migratórios a dimensão racista e sexista do Estado brasileiro, também ganham relevância. Introduzir nas referências dos programas dos cursos de diferentes níveis da formação profissional, a produção intelectual autor e autoras negras e indignas no debate da questão social, nas dimensões teórico metodológica, ético-política e técnico operativa. Saliento que tais conteúdos devem tratar a questão social, assim como as desigualdades raciais, considerando as particularidades históricas locais, regionais e nacionais e a dimensão territorial brasileira, assim como as particularidades quanto à identidade racial dos sujeitos sociais, afinal ser negro é uma construção política e social e deve ser valorizada como tomada de consciência de classe.

<sup>1</sup> Cf. o texto Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006).

**Temporalis:** As entidades político-organizativas da categoria (conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO), nas últimas décadas vêm empenhando esforços em pautar a questão racial e construir caminhos para a formação profissional (no âmbito da graduação e pós-graduação) e trabalho profissional antirracista. É possível identificar avanços efetivos nesta construção? Que desafios ainda precisam ser superados?

**Magali da Silva Almeida:** Muitos avanços, na minha opinião. A despeito das ações antirracistas ganharem fôlego no interior da profissão, não podemos descolá-las das lutas sociais mais amplas dos movimentos sociais, tais como às lutas do movimento negro, feminista, LGBTPN+, sindical, cujo marco histórico é a Constituição Federal de 1988. Nossas pautas internas em relação às políticas de combate ao racismo sempre estiveram em sintonia com as lutas e agendas dos movimentos sociais em nível nacional e internacional. A luta pela redemocratização do país teve o apoio de negros e negras. Mas a luta pela defesa da valorização da negritude e de políticas de combate ao racismo foram tratadas pelas lideranças da esquerda branca como algo menor ao promover a fragmentação da classe trabalhadora, perspectiva que se alterou tardivamente entre nós. Debater a raça e racismo, de forma alguma, divide a classe. O racismo é uma ideologia de dominação que conforma relações sociais de domínio de modo a promover a inferiorização do dominado e torná-lo o outro. Conhecer criticamente os processos de racialização operadas na formação social brasileira, ao contrário, nos revela a arquitetura do mito da democracia racial e o estrago promovido na subjetividade e nas condições materiais da população negra. A quem serve este mito? Que desvantagens ele produz para essa população? Quem usufrui dos privilégios e hierarquias interseccionais? Penso que a crença de que no Brasil não há racismo ou há racismo sem racistas só reforçam os valores deletérios da branquitude, ideologia que promove a naturalização da supremacia branca e reproduz a lógica de manutenção do capitalismo. Para Andrews (2023, p. 17) “o racismo não é apenas a cola que segura todo o sistema, mas o material que o compõe”. Um País que manteve por 388 anos de escravismo e o último do mundo a abolir o modo de produção no mundo, recrudesceu no pós-abolição as barragens para inviabilizar o acesso da população negra recém liberta, à terra e ao mercado de trabalho. A análise da transição trabalho escravo para o trabalho assalariado é a chave para explicar as desvantagens da população negra e as desigualdades entre negros e brancos no Brasil. Esse é um grande desafio. As políticas afirmativas para a população negra se materializam no Brasil no século 21 tardivamente. Contudo, as lutas travadas nas décadas de 1980 e 1990 pelo movimento negro forjaram as bases das conquistas do novo século, sobretudo, com maior densidade a partir de 2003, através da implementação da política de reserva de vagas para a população negra e estudantes de escola pública em 2003 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nossas entidades do conjunto CFESS/CRESS ao longo do processo de redemocratização estiveram presentes na Marcha de 1988, 1995. Apoiaram eventos locais e nacionais. Atuamos nos Conselhos de Direitos e de Política. Nos oferecemos informações importantes sobre o combate às opressões e como lidar com elas no cotidiano profissional. A ABEPSS, através do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social”, tem produzido reflexões muito ricas sobre questões e centrais no campo da luta de classes e das violências interseccionais e as políticas públicas para combatê-las e promover a garantias de direitos. Por fim, a ENESSO, que ao longo desse período histórico tem feito uma batalha no campo das ideias incorporando em seus

congressos, na defesa dos interesses estudantis no cotidiano das instituições de ensino, dos quais tive a honra de ser convidada por mais de uma vez.

**Temporalis:** Quais os desafios e perspectivas frente à materialização de um projeto ético-político profissional antirracista, anticapitalista, antiLGBTfóbico, anticapacitista?

**Magali da Silva Almeida:** Os desafios são muitos, sobretudo quando enfrentamos nacional e mundialmente a ascensão da extrema direita, movimento ideológico cuja exterioridade extremista, reacionária, e frequentemente nacionalista, misógina, LGBTPN+fóbico, xenófobo e racista cuja identidade com o neoliberalismo é inconteste. Neste momento de crise do capital a raça é acionada para fomentar o descarte daqueles e daquelas inúteis ao processo de produção e reprodução da vida, consideradas no capitalismo como corpos descartáveis. O neoliberalismo, a precarização do trabalho impressos pelo Estado capitalista, retoma e reforça o mito da democracia racial que efetivamente encobre o avanço de políticas higienistas. A materialização do projeto ético político não depende exclusivamente do nosso desejo, mas das condições históricas para sua efetivação. Atualmente o racismo institucional ganha forma e conteúdo nas instituições. O assistente social tem o dever de lutar pelo seu combate. Nem sempre esta violência é identificada como uma violação de direito ou mesmo considerado crime. Muitas vezes os trabalhadores negros são afetados diretamente por ele. Por isso o direito à educação permanente e uma necessidade premente para garantirmos inteligibilidade dos fenômenos e estruturas que historicamente foram naturalizado o poder que fomentam e sustentam sistemas de exploração e opressão no Brasil. Outro desafio, neste momento da história política brasileira é o fortalecimento dos movimentos sociais e das nossas entidades representativas e, finalmente nos irmanamos com a diversidade de grupos em lutas em defesa da reforma agrária, do meio ambiente e questões climáticas, antirracistas, feministas, antimanicomiais, antiproibicionistas, da pleno exercício da sexualidade, em vista da construção e fortalecimento da dimensão coletiva das lutas sociais. No campo de antirracismo, por exemplo paradigmas teórico-metodológicos e epistemológicos ganham significado social no reconhecimento de “novas” formas de organização dos sujeitos sociais. Devemos fortalecer o diálogo com o pensamento negro anticapitalista e suas contribuições para a humanização das relações sociais e o enfrentamento da colonialidade, a exemplo dos coletivos negros. Esses grupos se que se movimentam em defesa de uma formação antirracista, sobretudo nas instituições de ensino superior, atuam contra o racismo institucional e o epistemicídio, denunciam as violências raciais interseccionais, além de promoverem mudanças relevantes nas instituições. Destaco que esses coletivos contemporâneos se identificam, com outras experiências de auto-organização negras, historicamente presentes na história, mas invisibilizadas pelo preconceito e discriminação racial. A professora Gracyelle Costa Ferreira (2020), em sua tese de doutorado, dedica uma seção aos processos de resistência que garantiram autoproteção e cuidado dos grupos negros em diáspora, sinalizando a produção de uma contracultura de resistência e de cuidado. Essas experiências diáspóricas garantiram dignidade e a sobrevivência dos corpos negros no regime colonial e na República, sob o legado africano e afro-brasileiro. Portanto, meu posicionamento sempre foi a defesa intransigente do exercício profissional sem dogmatismos, posições essencialistas, arbitrária ou hierárquicas. Para além disso, devemos fortalecer as iniciativas do Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS dentre outras entidades que lutam por direitos Humanos.

## Referências

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de serviço social:** com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.
- ANDREWS, Kehinde. **A nova era do império:** como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo. São Paulo: Companhia das Letras 2023.
- FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira:** união e resistência dos trabalhadores negros. 2020. 293f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social, 2020. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16398>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, jan./jun., p. 69–82, 1998. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-polc3adptico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexism na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223–244. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.
- MUJICA José. Minha geração cometeu um erro ingênuo. Tradução de Cauê S. Amen. **Jacobina**, 14 maio 2025. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/652100-minha-geracao-cometeu-um-erro-ingenuo-artigo-de-jose-mujica>. Acesso em: 22 jun. 2025.
- MUNANGA, Kabengele. **Racismo é dupla morte.** Sylvia Miguel, Institutos de estudos avançados da USP-IEA, Notícias, 06 out. 2016. Disponível em: <https://www.iea.usp.br/noticias/racismo-causa-dupla-morte-munanga#:~:text=Para%20Munanga%2C%200%20racismo%20no,tamb%C3%A9m%20da%20consci%C3%A1ncia%20do%20negro>. Acesso em: 19 maio 2025.
- ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social:** avanços e desafios. 2014. 211f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2014. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1153327](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1153327). Acesso em: 22 jun. 2025.

**TEMPORALIS**

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil).

**Agência financiadora**

Não se aplica.

**Contribuições dos autores**

A entrevista foi elaborada em todas as partes pelos autores.

**Aprovação por Comitê de Ética**

Não se aplica.

**Consentimento para publicação**

Consentimento dos autores.

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses